

Sumário

Apresentação.....	7
-------------------	---

Da Prescrição e da Decadência no Código Civil de 2002

Título I Preliminares

§ 1º Introdução.....	31
-----------------------------	-----------

1. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, art. 2.044. A <i>Vacatio Legis</i> e o Direito Intertemporal.....	34
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

§ 2º Prazos Preclusivos e Prescricionais.....	38
------------------------------------------------------	-----------

1. Prazo de Preclusão: Causa de Extinção.....	38
2. Prazo de Prescrição: Encobrimento de Eficácia.....	39
3. Exercibilidade da Prescrição.....	39
4. Existência e Eficácia da Relação Jurídica, ou Intrajurídica	40
5. <i>Obligatio Naturalis</i> , Prescrição e Preclusão.....	40
6. <i>Sedes Materiae</i>	42

§ 3º Incertezas e Elementos Perturbadores da Investigação Científica	43
---------------------------------------------------------------------------------------	-----------

1. Incertezas Doutrinárias sobre a Temática da Prescrição	43
2. Incertezas Doutrinárias sobre a Temática da Preclusão	45
3. Elementos Perturbadores da Investigação Científica: O <i>Ius Scriptum</i> Brasileiro	47

4. Elementos Perturbadores da Investigação Científica:	
O Direito Comparado	49
5. Direito Venezuelano.....	50
6. Direito Mexicano.....	50
6.1 Direito Aguascalentense	51
6.2 Direito Sul Californiano	51
6.3 Direito Campechano	52
6.4 Direito Colimense	52
6.5 Direito Duranguenho.....	53
6.6 Direito Neolonês.....	53
6.7 Direito Potosino.....	54
6.8 Direito Yucateca	55
6.9 Direito Zacatecano	55
6.10 Direito Jalisciense	56
6.11 Direito Morelense	57
6.12 Direito Tlaxcalteca	57
6.13 Direito Coahuense	58
6.14 Direito Veracruzano	58
6.15 Outros Sistemas Jurídico-Positivos Mexicanos:	
Nayarit, Oaxaca, Puebla, Querétaro Arteaga,	
Sinaloa, Tamaulipas e Tabasco	59
7. Direito Suíço.....	61
8. Direito Austríaco	61
9. Direito Português	62
10. Direito Francês.....	62
11. Direito Peruano.....	63
12. Direito Chileno.....	63
13. Direito Egípcio	64
14. Direito Espanhol	64
15. Direito Cubano	65
16. Direito Polonês	65
17. Direito Italiano	66
18. Direito Grego.....	67
19. Direito Alemão.....	68
20. Direito Boliviano	68
21. Direito Canadense.....	69

22. Direito Panamenho	69
23. Direito Paraguaio	70
24. Direito Porto-Riquenho	70
25. Direito Uruguaio	71
26. Direito Japonês	73
27. Direito Luxemburguês	74
28. Direito Marroquino	75
29. Direito Argentino	76
30. Direito Belga	77
31. Direito Libanês	77
32. Direito Argelino	78
33. Direito Bengalês e Paquistão, e Direito Indiano	78
34. Direito Norte-Irlandês e Australiano	79
35. Direito Vietnamita	80
36. Direito Lituano	80
37. Direito Indonésio	81
38. Direito Letão	81
39. Direito Cabo-Verdiano	82
40. Direito Salvadorenho	83
41. Direito Maltês	84

§ 4º Caducidade e Preclusão. A Perempção	85
1. Preclusão no Direito Processual	85
2. Preclusão no Direito Material	88
3. Extinção de Efeitos Jurídicos pela Preclusão	89
4. Extinção de Efeitos Jurídicos pela Perempção.	
Pré-Processualidade	91
5. Necessidade de Sistematização	92

Título II

Da Prescrição

Capítulo I

Prescrição

§ 5º Definição da Prescrição	101
-------------------------------------------	------------

1. Exceção de Direito Material	101
2. Fato Jurídico <i>Lato Sensu</i> da Prescrição:	
Insuficiência do Conceito	105
3. Prescrição: Ato-Fato Jurídico	106
4. Cognição da Pretensão e Prescrição	107
5. Eficácia da Regra Jurídica, Eficácia Jurídica e Prescrição	111
6. Código Civil, Art. 189: Dúplice Erronia na Definição	114
7. <i>Ratio Essendi</i> da Prescrição	120

Capítulo II

Prescrição e Caducidade

§ 6º <i>Discrime Conceptual</i>	123
1. Relação Jurídica: Existência e Eficácia	123
2. Regramento Jurídico das Instituições:	
Critério Doutrinário Distintivo	124

§ 7º <i>Classificação Racionalista Ternária das Ações</i>	126
1. Ação de Direito Material Declarativa	127
2. Ação de Direito Material Constitutiva	131
3. Ação de Direito Material Condenatória	134

§ 8º <i>Classificação Científica Quinária das Ações</i>	136
1. Ação de Direito Material Mandamental	136
2. Ação de Direito Material Executiva	138
3. Eficácia Preponderante das Cinco Ações de Direito Material	141
4. Classificação Quinária das Ações e Sistemática do Código Civil	144
5. Pretensão de Direito Material Mandamental e Prescrição	145
6. Prescrição da Pretensão de Direito Material Executiva	149

Capítulo III

Mundo Fático e Mundo Jurídico

§ 9º <i>Mundo Fático e Mundo Jurídico</i>	155
--------------------------------------------------------	-----

1. Planos do Mundo Jurídico: Prazos Preclusivos e Prescricionais, e Não-Prazos.....	156
2. Plano da Existência.....	158
3. Plano da Validade.....	163
4. Plano da Eficácia.....	173

Capítulo IV

Planos da Existência e da Eficácia

§ 10. Planos da Existência e da Eficácia.....	181
1. Ineficiências do Plano Jurídico Intermédio.....	182
2. Pretensões Constitutivas: Impertinência nos Planos da Existência e Validade.....	184
3. Pretensão Declarativa: Ineficácia Preclusional e Prescricional.....	186

Capítulo V

Plano da Validade

§ 11. Pretensões Constitutivas Negativas, não Declarativas, por Invalidades.....	191
1. Invalidade Absoluta.....	195
2. Nulidades: Imprecluibilidade.....	197
3. Ratio Essendi da Alegabilidade por todos e da Decretabilidade pelo Juiz.....	198
4. Invalidade Relativa.....	200
5. Anulabilidades: Precluibilidade.....	202
6. Casuística Exemplificativa da Preclusão do Direito de Anulação.....	203
7. Prazos Genéricos e Prazo Subsidiário de Caducidade do Direito de Anulação.....	206
8. Preclusão do Direito de Anulação por Coação Invalidante.....	206
9. Erro e Anulabilidade.....	209
10. Invalidade Relativa por Meio do Dolo, e Preclusão.....	211
11. Anulabilidade por Fraude contra Credores: Caducidade.....	214
12. Estado de Perigo e Caducidade do Direito de Anulação.....	217

13. Lesão e Prazo Preclusivo à Decretação da Invalidade Relativa	221
14. Incapacidade Relativa: Defeito, e não Vício, Invalidante. Preclusão	228

Capítulo VI

Planos da Existência, Validade e Eficácia

§ 12. Planos do Mundo Jurídico: Prototipicidade, Tipicidade e Atipicidade das Pretensões	231
1. Planos da Existência, Validade e Eficácia: Pretensões Declarativas, Imprescritíveis	232
2. Plano da Validade: Pretensões Constitutivas Negativas por Invalidade Absoluta, e Pretensões Constitutivas Positivas e Negativas, sem ser por Invalidade, Imprecluíveis	235
3. Plano da Validade: Pretensões Constitutivas Negativas por Invalidade Relativa, e Pretensões Positivas e Negativas, sem ser por Invalidade, Precluíveis	237
4. Plano da Eficácia: Pretensões Condenatórias, Prescritíveis	239

Capítulo VII

Prazos de Prescrição no Código Civil

§ 13. Prazo	241
1. Conceito. Prazo e Termo	241
2. Prazos Legais, Judiciais e Negociais	242
3. Prazos Peremptórios e Dilatórios, e Prazos Improrrogáveis e Prorrogáveis	243
4. Prazos Contínuos e Descontínuos. A Interrupção e a Suspensão dos Prazos	244

§ 14. Cômputo Civil do Prazo e Contagem de Prazos Prescricionais	244
1. As Regras <i>Dies a quo non Computatur in Termino</i> e <i>Dies Termini Computatur in Termino</i> . O Calendário Gregoriano	245

2. Dia Feriado. Feriados Nacionais, Estaduais e Municipais. Domingos e Sábados. Feriados Religiosos.....	246
3. Meado de Mês. A Semana	250
4. Prazos de Mês e de Ano. Meio do Ano e Quartel do Ano.....	252
5. Prazos Fixados por Hora: Cômputo Natural.....	256
§ 15. Prazos Prescricionais.....	257
1. Dies a quo e dies ad quem dos Prazos Prescricionais Diários, Mensais e Anuais	257
2. A Redução dos Prazos Prescricionais e o Art. 2.028 do Código Civil	259
§ 16. Prazo Ordinário ou Comum	261
1. O Prazo Geral de Prescrição, as Pretensões Condenatórias e as Pretensões não-Condenatórias	261
2. Exceção da Prescrição no Decênio e Objeção da Usucapião no Quindênio	264
§ 17. Prazos Especiais, Extraordinários ou Especiais	266
1. Parte Geral e Parte Especial do Código Civil de 2002, e Prazo Prescricional.....	267
§ 18. Prazos Prescricionais de um Ano.....	268
1. Pretensão de Hospedeiros e Fornecedores de Viveres a Pagamento de Hospedagem e Alimentos	268
2. Contrato de Seguro, e Pretensão do Segurado e do Segurador.....	272
3. Pretensões a Emolumentos, Custas e Honorários	286
4. Avaliação de Bens do Capital de Sociedade Anônima, e Pretensão contra os Peritos	299
5. Liquidação Ilegal de Sociedade e Pretensão dos Credores a Indenização de Danos	302
§ 19. Prazo Prescricional de Dois Anos	308
1. Pretensão a Prestação Alimentar.....	308

§ 20. Prazos Prescricionais de Três Anos	316
1. Pretensão a Prestação de Aluguéis de Prédios Urbanos e Rústicos	316
2. Pretensão a Rendas Temporárias ou Vitalícias	322
3. Pretensão a Juros, Dividendos e Prestações Acessórias	326
4. Pretensão de Ressarcimento de Enriquecimento sem Causa	372
5. Pretensão de Reparação Civil	377
6. Lucros e Dividendos: Recebimentos de Má-Fé e Pretensão de Restituição	390
7. Pretensão contra Fundadores de Sociedade Anônima	400
8. Pretensão contra Administradores ou Fiscais	404
9. Pretensão contra Liquidante, por Violação de Lei ou de Estatuto	412
10. Pretensão a Pagamento de Título de Crédito	422
11. Pretensão do Beneficiário contra o Segurador	445
§ 21. Prazo Prescricional de Quatro Anos	466
1. Pretensão Relativa à Tutela	466
§ 22. Prazos Prescricionais de Cinco Anos	474
1. Pretensão de Créditos Líquidos Documentados	475
2. Profissionais Liberais, Procuradores Judiciais, Curadores e Professores: Pretensão a Honorários	482
3. Pretensão a Despesas Judiciais	518
§ 23. Pretensão e Ação, e Exceção: Princípio da Concomitância da Prescrição	528
1. Exceção de Direito Material Dependente	528
2. Exceção de Direito Material Independente	529
3. Código Civil, Art. 190, e Exceções de Direito Material Dependentes e Independentes. O Brocardo Temporalia ad agendum perpetua sunt ad excipiendum e as Pseudo-Exceções	530
§ 24. Pretensão e Ação, e Ação de Execução da Pretensão: Prescrição	532

1. Prescrição da Actio Iudicati segundo o Direito Sumular534
2. Prescrição da Pretensão Cognitiva e Prescrição da Pretensão Executiva.....535

Capítulo VIII

Princípio da Inegociabilidade da Prescrição

- § 25. Princípio da Inegociabilidade da Prescrição.....539**
1. Renúncia da Prescrição541

Capítulo IX

Alegabilidade da Prescrição

- § 26. Alegabilidade da Prescrição: Casuística na Legislação Comparada e Prévia Advertência no Direito Brasileiro547**

1. Titularidade e Exercício do *Ius Exceptionis*.....548
2. Jurisdição Ordinária: Processo de Conhecimento551
3. Jurisdição Ordinária: Processo de Execução555
4. Jurisdição Extraordinária559

- § 27. Suprimento Judicial da Falta de Alegação560**

1. Código de Processo Civil, Art. 219, § 5º O Conhecimento Judicial ex Officio da Prescrição e sua *Ratio Essendi*560
2. A *Exceptio Praescriptionis* pelo Órgão Presentante do Ministério Público566

- § 28. Infração como Causa de Prescrição e Infração à Alegabilidade da Prescrição569**

1. Pretensão de Regresso569

Capítulo X

Princípio da *Accessio Temporis*

- § 29. Princípio da *Accessio Temporis*575**

1. Acesso em Sucessões, não Acesso em Sucessão	576
2. Sucessores da Pretensão: Continuação do Transcurso Prescricional	578

Capítulo XI

Imunidades à Exceção de Prescrição

§ 30. Imunidades à Prescrição	581
1. Introdução	581
2. Défice na Técnica Legislativa	583

Seção I

Impediência

§ 31. Impediência do Prazo Prescricional	584
1. Prescrição: Impedimento ou Suspensão, e Impedimento e Suspensão	584
2. Sociedade Conjugal e Pretensão: Impedimento de Prescrição	587
3. Poder Familiar: Ascendentes e Descendentes	591
4. Tutela e Curatela	593
5. Incapacidade Absoluta	595
6. Ausência em Serviço Público	597
7. Serviço em Tempo de Guerra	599
8. Pretensões Nondum Natae	600
9. Princípio da Actio Nata	603
10. Questão Prejudicial e Prescrição	605

Seção II

Suspensão

§ 32. Suspensão do Prazo Prescricional	608
1. <i>Praescriptio Dormiens</i>	608
2. <i>Actio non Nata</i> : Impertinência no Direito Brasileiro e no Direito Comparado	610

§ 33. A Regra Jurídica <i>contra non valentem agere</i>	612
1. Impossibilidade do Exercício da Pretensão	612
2. Direito Asiático: Código Civil de Macau	613
3. Direito Asiático Meridional: Código Civil das Filipinas	614
4. Direito Asiático Oriental: Código Civil da Mongólia	614
5. Direito Norte-Americano: Código Civil do Québec	615
6. Direito Centro-Americano: Código Civil de Cuba	615
7. Direito Sul-Americano: Código Civil do Paraguai	615
8. Direito Europeu Oriental: Código Civil da República da Moldova	616
9. Direito Europeu Báltico: Código Civil da República da Estônia	616
10. Direito Africano: Código Civil da Argélia	617
11. Justa Causa de Imunidade Prescricional: <i>ad impossibilia nemo tenetur</i>	617

§ 34. Princípio da Independência, ou da Separação, das Pretensões	619
1. Código Civil, art. 201: Prescrições Incontagiáveis e Princípio da Unidade da Obrigação Solidária	619

Seção III

Interrupção

§ 35. Interrupção do Prazo Prescricional	622
1. Causas de Impedência e de Suspensão, e Atos Interruptivos da Prescrição	622
2. Punctualidade e Linealidade dos Atos Interruptivos dos Prazos de Prescrição	624
§ 36. Citação e Interrupção do Prazo Prescricional	626
1. Interrupção pelo Despacho do Juiz, à Citação. O Código Buzaid, Art. 219, § 4º	626
2. Processo de Conhecimento: Casuística da Nulidade do Ato Citatório	632

3. Ação Interfásica de Liquidação de Dívida Certa e Ilíquida: Ineficácia Interruptiva da Citação e Alegação da Prescrição	638
4. Processo de Execução e Incidência da Regra Jurídica do Código Civil, Art. 202, I.....	643
5. Interrupção da Prescrição por meio de Citação no Processo da Ação Cautelar. Exegese da Súmula nº 154 do Supremo Tribunal Federal	646
6. Procedimentos Especiais e Citação Interruptiva da Praescriptio	648

§ 37. Efeito Interrompente da Citação em Processo Extinto sem Resolução de Mérito

1. Extinção do Processo sem Análise da Pretensão de Direito Material Condenatória: Prazo de Prescrição	651
2. Direito Nacional: o Código Civil de 1916, Art. 175, e o Código Civil de 2002. Direito Extranacional: o Código Civil de Macau, Art. 315º, 3, o Código Civil da Catalunha, Art. 121-11, a), e o Código Civil da Itália, Art. 2.945, v.g.....	654
3. Petição Inicial Inepta e Interrupção da Prescrição	656

§ 38. Suspensão do Processo e Curso da Prescrição

1. Suspensão da Prescrição?	658
2. Limitação à Duração Temporal da Suspensão do Curso da Prescrição	661

§ 39. Interrupção da Prescrição pelo Protesto Judicial.....

1. Protesto Receptício Interruptivo da Prescrição.....	663
2. Protestos, Notificações e Interpelações	664
3. Interrupção da Prescrição pelo Protesto Judicial	665

§ 40. Protesto “Cambial” (Cambiário e Cambiariforme) e Interrupção da Prescrição das Pretensões Condenatórias

1. Direito Civil Codificado Anterior a 2002. A Súmula nº 153 do Supremo Tribunal Federal	668
------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

2. Protesto Cambial e Protesto Extrajudicial. A Ineficácia Interrompente da Prescrição e Casuística dos Títulos Protestáveis	669
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

§ 41. Interrupção da Prescrição pela Apresentação do Título em Juízo

1. Apresentação do Título de Crédito em Juízo de Inventário	674
2. Apresentação de Título de Crédito em Juízo de Inventário sem Eficácia Interrompente	675
3. Interrupção da Prescrição pela Apresentação do Título em Juízo Concursal, Comum ou Falencial	677

§ 42. Interrupção por Ato Judicial de Constituição em Mora

1. Constituição em Mora e Atos Interrompentes da Prescrição	679
2. Interpelação	680
3. Notificação	682
4. Interpelação e Notificação em Juízo Incompetente	684
5. "Ato Judicial": Exegese do Art. 202, V	684
6. Retroeficácia e Eficácia Interrompente da Interpelação e da Notificação	685

§ 43. Interrupção por Ato de Reconhecimento pelo Devedor

1. Reconhecimento da Dívida e da Obrigação pelo Devedor Obrigado	685
2. Atos Equívocos (Pagamento Parcial, Pagamento de Juros, Dação de Garantia, Alongamentos, v.g.) e Prescrição	688
3. Ato Inequivoco de Reconhecimento da Obrigação, e Não-Interrupção do Prazo Prescricional. Reconhecimento por Pessoa Absoluta e Relativamente Incapaz	689

§ 44. Prescrição Intercorrente

1. Conceito	692
-------------------	-----

2. <i>Essentialia</i> da Prescrição Intercorrente.....	695
3. Inércia Processual e Não-Prescrição Intercorrente.....	696
4. Conhecimento e Declaração da Prescrição Intercorrente	698
5. Prescrição Intercorrente: Nova Citação Válida e Eficaz, sem Eficácia Interruptiva	699

§ 45. Causa Lineal de Interrupção da Prescrição:

Termo Inicial do Novo Prazo	700
1. Causas Interruptivas Instantâneas e Duradouras. A Citação Interruptiva nos Direitos Brasileiro, Romeno, Moldávio, Filipino e Costa-Riquense	700
2. O Código Civil, Art. 202, Parágrafo Único. A Legislação Comparada, <i>e.g.</i> , Alemã, Peruana, Estoniana, Canadense, Italiana, Portuguesa, Macauense	702
3. Duração da Causa Interruptiva Lineal: O Conteúdo da Expressão “Último Ato do Processo para a Interromper” (Código Civil, Art. 202, Parágrafo Único)	704

Capítulo XII

Exceção de Prescrição

§ 46. Exceção de Prescrição	709
1. Introdução: Manifestações Doutrinárias Racionalistas	709
2. A Prescrição como Direito Negativo. Comunicação de Conhecimento e de Vontade, ou só de Conhecimento	711

§ 47. Titularidade do Direito Negativo	713
1. Devedor	716
2. Credor do Devedor	717
3. Renúncia da Prescrição e Alegação por Outrem	718
4. Fiador e Alegabilidade da Prescrição.....	719
5. Co-Devedor do Devedor Renunciante.....	720

§ 48. Legitimidade Ativa à Interrupção do Prazo

Prescricional	720
----------------------------	-----

1. Legitimidade para Alegar Prescrição e Legitimidade para Interromper Prescrição720
2. Código Civil, art. 203: Casuística da Legitimação à Interrupção722

Capítulo XIII

Eficácia da Interrupção da Prescrição

- § 49. Eficácia da Interrupção da Prescrição731**
1. Princípio da Separação das Pretensões de Direito Material732
 2. Exceções Materiais ao Princípio da Incontagiabilidade: Solidariedade. O Litisconsórcio Necessário734
 3. O Princípio *Interruptio Civilis non fit de Persona ad Personam*, pela Divisibilidade da Obrigação, e o Princípio *Interruptio Civilis fit de Persona ad Personam*, pela Indivisibilidade da Obrigação.....737
 4. Contrato de Fiança e o Princípio de *Persona ad Personam non fit Interruptio*. A Incidência de *Lex Specialis* Preexcludente do Direito Comum740

Título III

Da Caducidade

Capítulo I

Caducidade

- § 50. Conceito745**
1. Prazo Prescricional e Prazo Preclusional745
 2. Preclusão do Direito, e Prescrição da Pretensão e da Ação. Preclusão do Direito, da Pretensão e da Ação748
 3. Caducidade sem Culpa753
 4. Caducidade e Preclusão755
 5. Caducidade e Decadência.....756
 6. Caducidade e Contrariedade a Direito758

Capítulo II

Regime Jurídico

§ 51. Regime Jurídico da Preclusão	761
1. Código de Processo Civil, art. 220.....	761
2. Tempo e Titularidade do Direito: Inexistência de Ligação Subjetiva.....	762
3. Conhecimento de Ofício. A Disponibilidade do Direito.....	764
4. Caducidade Negocial	765
§ 52. Renúncia à Preclusão	766
1. Nulidade da Renúncia à Preclusão	766
2. Validade e Eficácia de Renúncia a Caducidade	767
3. Caducidade Negocial e Caducidade Subseqüente Legal	769
§ 53. Imunidades Preclusionais	770
1. Impediência, Suspensão e Interrupção dos Prazos Caducificantes.....	770
2. Incapacidade e Prazo de Preclusão. Pretensão Condenatória por Prescrição da Pretensão Condenatória e Prescrição Condenatória por Preclusão da Pretensão Constitutiva.....	773
3. Pessoas Naturais Absolutamente Incapazes e Preclusão da Pretensão Constitutiva	776

Capítulo III

Prazos de Prescrição e de Caducidade

§ 54. Prazos de Caducidade	779
1. Exercício Extrajudicial e Exercício Judicial da Pretensão Constitutiva.....	779
2. Casuística dos Prazos Prescricionais e Preclusionais. A Imprescritibilidade	782
§ 55. Pseudo-Eficácia Prescricional e Pseudo-Prazo Preclusional	800

1. Falsa Eficácia Prescricional Extintiva.....	800
2. Pseudo-Preclusões	801

§ 56. Caracterização dos Prazos de Prescrição e de Caducidade: Metodologia Científica	806
----------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

§ 57. Conclusões e Orientações	808
---------------------------------------------	------------

Bibliografia	815
Índice da Jurisprudência	839
Índice Cronológico da Legislação	857
Índice Alfabético das Matérias	975